



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 69.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonei, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduja, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -- (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE -- (Gilberto Carvalho) Não há expediente a ser lido.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 32/82 de autoria do Sr. Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ -- SECEP, com sede e foro em Curitiba e área de atuação em todo o Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 162/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de uti-

lidade pública A GRANDE LOJA DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 48/82, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica APÓS-TOLO DA CARIDADE N.º 21, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 51/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que altera a Lei n.º 6639/74 e dá as providências que especifica. (Contribuição do Parlamentar para Fundo de Previdência -- FEPPA). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei n.º 51/82, por duas sessões. Em votação - **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 54/82, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE ARAPOTI, com sede e foro na cidade de Arapoti. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 55/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FERROVIÁRIA RECREATIVA VISCONDE DE MAUÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 09/82 (Mensagem 06/82, ex-Proposição 09/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo (n.º 01) a convênios celebrados com os Municípios aqui nominados objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios. - **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 09/82

PARECER:

Oriunda de Mensagem Governamental, a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e os municípios que enumeram, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad-referendum deste Poder Legislativo. (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO -- Presidente
ADALBERTO DAROS -- Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 09/82

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/82

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo número 01 a convênios celebrados com os Municípios de ANDIRÁ, ENÉAS MARQUES, MEDIANEIRA, OURIZONA e SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, firmados em 11/03/81, e com o Município de PITANGA, firmado em 16/04/81, objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/82, (Mensagem 08/82, ex-Proposição 11/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo número 02, ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, visando a locação de recursos financeiros para continuidade ao Programa de Migração Interna no Estado do Paraná, nas cidades de FOZ DO IGUAÇU, CURITIBA e LONDRINA. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 11/82

PARECER:

Oriunda de Mensagem Governamental, a presente proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e os municípios que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad-referendum deste Poder Legislativo (Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 11/82

PROJETO DE RESOLUÇÃO 11/82

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo número 02, datado de 09 de novembro de 1981, ao Convênio celebrado em 19 de agosto de 1980, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a locação de recursos financeiros para continuidade ao Programa de Migrações Internas no Estado do Paraná, nas cidades de FOZ DO IGUAÇU, CURITIBA e LONDRINA.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/82, (Mensagem 09/82, ex-Proposição 12/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo número 01, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e os Municípios de CÂNDIDO DE ABREU, TIBAGI e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, aditamentos aos Convênios citados, objetivando a construção

de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios.
Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 12/82

PARECER:

Oriunda de Mensagem Governamental, a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad-referendum deste Poder Legislativo (Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável à sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 12/82

PROJETO DE RESOLUÇÃO 12/82

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo número 01, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e os Municípios de CÂNDIDO DE ABREU e TIBAGI, aditamento em 16/04/81, aos convênios datados de 16/12/80, e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, aditamento em 11/03/81, ao convênio datado de 11/11/80, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/82, (Mensagem 10/82, ex-Proposição 13/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo número 02, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e os municípios de CÂNDIDO DE ABREU, TIBAGI e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, aditamentos aos convênios citados, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 13/82

PARECER:

Oriunda de Mensagem Governamental, a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e municípios que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad-referendum deste Poder Legislativo (Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 19/82

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/82

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo n.º 02 aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e os Municípios de CÂNDIDO DE ABREU e TIBAGI, aditamento em 16/07/81, aos Convênios datados de 16/12/80, e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, aditamento em 11/06/81, ao convênio data de 11/11/80, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/82, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que autoriza o Poder Executivo doar imóvel do Estado, conforme especifica, à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 13, de 18/03/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 24/82

PARECER:

O nobre Deputado Palácios visa autorizar o Executivo doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, o lote de terreno urbano que descreve ao longo do artigo primeiro.

Estabelece, à doação, as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, dispondo expressamente sobre a retrocessão em caso de destinos outros que não os especificados.

A matéria se situa entre aquelas cuja iniciativa se permite ao Deputado e formalmente nada há que opor reparos. Desta forma, o parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LEÔNIDAS CHAVES — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, com sede naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado** (Public. no D.A. n.º 32, de 03/05/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 47/82

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado João Mansur, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, com sede naquele município.

O processo obedece aos preceitos legais, estando em conformidade com as formalidades regimentais, sendo que dos termos da justificativa se depreende a justeza da medida.

Nessas condições, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Seleção Paranaense Juvenil de Futebol de

Salão, em virtude do título de Vice-Campeão Brasileiro Juvenil de Futebol de Salão, conquistado no último dia 31 de julho, em Fortaleza - Ceará. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando adiamento de discussão e votação do Projeto de Lei n.º 51/82, por duas sessões. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encaminhando denúncias de arbitrariedades praticadas em Itapejara do Oeste, pelo Agente de Rendas do referido município. Solicita ainda, sejam adotadas medidas necessárias para instauração de sindicância. - **Aprovado.**

O SR. PALÁCIOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

10 Srs. Deputados aprovam; 03 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 32, 48, 54 e 55/82.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 09, 11, 12 e 13/82, e dos Projetos de Lei n.ºs 24 e 47/82.

Levanta-se a Sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Paulo Camargo.

Às 14:50 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidélino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nadi, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 143/81, que revoga o Art. 7.º da Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976 e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 143/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica revogado o artigo 7.º, da Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976.

Art. 2.º — Ficam transformados em cargos de Oficial Legislativo nível 15, de provimento efetivo, 66 (sessenta e seis) empregos de que trata a Resolução n.º 71, de 23 de dezembro de 1980.

Parágrafo único — No provimento dos cargos referidos neste artigo, serão aproveitados os atuais funcionários contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
ANTÔNIO COTRIM — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/82, (ex-Proposição n.º 03/80), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova a Prestação de Contas do Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1979. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovadas as contas prestadas pela Comissão Executiva desta Assembléia Legislativa, referentes ao exercício de 1979.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de dezembro de 1980.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente
DARCY DEITOS — Relator

PROPOSIÇÃO N.º 03/80
COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Atendendo aos dispositivos legais e constitucionais, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa encaminha a esta Comissão de Tomada de Contas, para devida apreciação e aprovação, o relatório do desempenho do Departamento de Finanças deste Poder, no exercício de 1979, acompanhado de demonstrativos de comparação das despesas referentes ao quinquênio anterior e demais documentos exigidos por Lei.

Do exame da documentação anexada, nota-se perfeitamente que as atividades financeiras ora relatadas e sob exame, ocorreram dentro do montante dos recursos financeiros destinados ao Poder Legislativo, dos quais foram utilizados 98,20% (noventa e oito vírgula vinte por cento).

No tocante à documentação que instrue a prestação de contas, após atento exame, verifica-se que contém todos os documentos exigidos pela Lei n.º 4.320/64, e as Portarias da S.O.F. da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Nessas condições, cumpridas as formalidades exigidas, julgamos que as contas ora apresentadas estão em condições de serem aprovadas por esta Comissão, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 1.º de dezembro de 1980.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente
DARCY DEITOS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.
Levanta-se a sessão.